

- XXXIV -**A PRIVATIZAÇÃO ACOBERTADA: O PAPEL DO
MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM
(MPBNC) NA AMPLIAÇÃO DO MODELO DE
GOVERNANÇA NA POLÍTICA
EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Camila Grassi Mendes de Faria
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
E-mail: camila.grassimf@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a articulação do Movimento Pela Base Nacional Comum (MPBNC) na política educacional brasileira instituída na conjuntura pós-golpe jurídico-parlamentar (MANCE, 2018) de 2016, assim como o papel do movimento na ampliação do modelo de governança. Entende-se como modelo de governança o fenômeno internacional que acompanha a fase de expansão do neoliberalismo marcada pela transição dos modelos de governo, tal como de suas agências, para um modelo em que a política passa a ser “feita de novas maneiras, em novos espaços, por novos atores, e muitos desses novos espaços são privados” (BALL, 2018, p. 1). A organização do capital nesta fase é exercida no campo de disputa do Estado por meio de redes articuladas entre si, compostas por agentes veiculados ao setor público e ao privado, de modo a constituir o que Stephen Ball (2018) denomina de *Comunidade Política*. Tal configuração, ao modificar as agências estatais a fim de atender as demandas dos agentes que a compõe, hibridiza elementos de “governo-burocracias, mercados e redes” (BALL, 2018, p. 3). Este fenômeno vem imprimindo características específicas no processo de formulação, articulação e implementação das políticas educacionais brasileiras.

Anterior ao golpe jurídico-parlamentar, a articulação das alianças entre Estado, Terceiro Setor e Mercado remetia à relação de *pacto social* (MELO, CAVALCANTE, FARIA, WOLF, 2014) voltada à concepção neodesenvolvimentista de governo. Porém, a articulação

de tal relação na formulação da política educacional conferiu, no período pós-golpe, maior *déficit democrático* na produção da política. Este elemento é também apontado nos estudos de Ball (2018, p. 4) em parte dos modelos de governança da política global.

A rede do MPBNC tem se caracterizado como um dos principais agentes na formulação da reforma curricular da Educação Básica instituída entre 2016 e 2018. Atuante junto ao MEC e ao CNE, vem ampliando o modelo de governança de modo a tornar o projeto de educação e sociedade de seus agentes específicos um projeto dirigido para o conjunto da sociedade brasileira. Seu papel no processo de ampliação da privatização da educação vem se dando tanto pela característica endógena como exógena, que podem ampliar-se através dos marcos normativos instituídos no período analisado. Estas podem ser operadas por meio do funcionamento de escolas como empresas, pelo fomento de parcerias público-privadas, pela venda de materiais didáticos, elaboração de currículos, formação do corpo docente, aplicação e processamento de avaliações em larga escala, ou até mesmo por meio da venda de “pacotes” completos de serviços educacionais (CROSO; MAGALHÃES, 2016, p. 21-22).

OS AGENTES PRODUTORES DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO PÓS-GOLPE

O Estado enquanto arena de disputa (POULANTZAS, 1980), ao agregar um conjunto de agentes organizados em rede alinhados à concepção neoliberal, fez com que estes grupos ganhassem maior espaço e poder de articulação no campo da produção da política nacional no período entre 2016 e 2018.

A composição do CNE é um exemplo deste fenômeno. Esta foi alterada logo após Michel Temer assumir a posse como presidente em maio de 2016. Por meio da antecipação da indicação em seis meses dos conselheiros, foram, segundo o Diário Oficial de 28 de junho de 2016, indicados 12 membros para sua composição, sendo que três deles faziam parte do MPBNC. Foram eles, Eduardo Deschamps, ex-presidente do CONSED e indicado posteriormente à presidência do CNE, Aléssio Costa Lima, presidente da UNDIME naquele período, sendo renomeado para o biênio de 2017/2019, e Antonio Ibañez Ruiz, docente aposentado da UNB, indicado para a Câmara de Ensino Superior. Eduardo Deschamps, foi também nomeado no período de vigência da nomeação a presidente da comissão bicameral responsável pela elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (MPBNC, 2018).

A rede do MPBNC é composta por agentes do Banco Itaú BBA, a Fundação Itaú Social, o Instituto Unibanco, o Instituto Inspirare, o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Lemann, o Instituto Natura, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Rodrigo Mendes, o SESC, o MEC, CNM, o INEP, o CONSED, a Undime, o Banco Mundial, Comunidade Educativa (CEDAC), a Fundação SM, o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE/FGV), o Instituto Singularidades, Academia Paulista de Educação, o CENPEC, o Movimento Todos pela Educação, a Fundação Cesgranrio, a Abrelivros, a Labedu, a Cidade Escola Aprendiz (ONG), o Instituto INSPER, a Fundação Roberto Marinho e a Associação Brasileira de Avaliação Educacional (MPBNC, 2018).

A reforma curricular concebida com maior ação destes atores, teve seu primeiro marco normativo por meio da Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016), regulamentada posteriormente pela lei 13.415/2017. Esta seguiu com a aprovação em duas etapas do documento orientador da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ambos os processos foram amplamente criticados pela comunidade científica, pelas comunidades escolares e pelas entidades sindicais, sendo aprovados em meio a resistências, de modo a desconsiderar as audiências públicas e as manifestações contrárias à reforma.

Os marcos regulatórios dirigidos à implementação da reforma, exemplificam a concepção destes agentes e marca uma maior abertura a parcerias público-privadas. Remonta à busca por “soluções colaborativas” na qual “soluções são pagas” e vendidas por um “mercado de soluções” (BALL, 2018, p. 3). Esta característica marca a presença de uma *privatização acobertada* (BALL; YOUDELL, 2008) da educação brasileira, que ocorre por meio da produção antidemocrática da política educacional e pelo fomento de parcerias público-privadas dirigidas a sua implementação.

A ação da rede tem se realizado por vias formais, próprias à produção da política educacional e também por vias informais, mediante complexas redes de interdependência que ligam atores individuais e coletivos posicionados tanto no setor público como no privado. Essa relação dá-se por meio do entrelaçamento de ambos os setores e seus agentes, o que vem imprimindo uma nova configuração na política educacional brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação dos agentes que compõem o MPBNC na formulação da política educacional vem promovendo a ampliação do modelo de governança por meio de sua atuação junto ao CNE e ao MEC. Esse movimento ocorre por meio da ampliação de articulações construídas no período anterior ao golpe de 2015. Sendo que, o Programa Pró-

BNCC e as demais normatizações instituídas entre 2016 e 2018, abrem caminho para a atuação prática dos agentes que compõem a rede do MPBNC no processo de implementação de seu projeto formativo, tornando-o um projeto aplicado ao conjunto da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. **Relato de resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vistas e declaração de votos. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas.** AGUIAR, A.; DOURADO, L. F. (org.). ANPAE, Recife, 2018.

BALL, S.J. **Política Educacional Global: reforma e lucro.** Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos in Política Educativa – RELEPE, v. 3, p. 1-15, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>>. Acesso em: 15/12/2018.

BALL, S.J.; YOUDELL, D. **La privatización encubierta en la educación pública.** Instituto de Educación, Universidad de Londres. Bruxelas, maio de 2008. Disponível em: <https://observatorioeducacion.org/sites/default/files/ball_s._y_youdell_d._2008_la_privatizacion_encubierta_en_la_educacion_publica.pdf>. Acesso em: 05/01/2018.

CROSO, Camilla; MAGALHAES, Giovanna Modé. **Privatização da educação na América Latina e no caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino.** Educ. Soc., Campinas , v. 37, n. 134, p. 17-33, Mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00017.pdf>>. Acesso em: 04/04/2018.

MANCE, E. **O golpe: BRICS, dólar e petróleo.** Saluz, Passo Fundo, 2018. Disponível em: <http://euclidesmance.net/docs/o_golpe.pdf>. Acesso em: 12/12/2018.

MELO, A. de; FARIA, C. M de.; WOLF, L.; CAVALCANTE, R. G.. **Educação e trabalho na perspectiva do empresariado brasileiro: o projeto de educação básica da Confederação Nacional da Indústria.** Caderno CEDES online, vol. 34, n.94, pp.333-348, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-32622014000300333&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 02/01/2018.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. Quem somos. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 01/01/2018.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** Edições Graal, Rio de Janeiro, 1980.